

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.523 - MG (2019/0303550-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADOS** : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ANTONIO EGIDIO DA ROCHA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ANTONIO EGIDIO DA ROCHA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que negou provimento ao Agravo em Execução Penal n.º 1.0713.14.001769-8/001.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau determinou a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, por não ter o apenado adimplido a prestação pecuniária (e-STJ fls. 22-29).

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo em execução interposto pela defesa (e -STJ fls. 82-92).

Sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, porquanto a pena restritiva de direitos, atinente à prestação pecuniária, não foi cumprida em razão da situação financeira precária do paciente, motivo plenamente justificável, mostrando-se, portanto, descabida a sua conversão em privativa de liberdade.

Defende que o juízo da execução deveria readequar a pena restritiva de direitos às condições pessoais do paciente, substituindo a prestação pecuniária por outra menos gravosa, a fim de proporcionar o seu devido cumprimento.

Requer a concessão da ordem constitucional para que as ilegalidades apontadas sejam sanadas.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 105-106).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 110-123 e 124-188).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem de *habeas corpus* (e-STJ fls. 193-199).

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição da República, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Acerca do tema trazido à discussão, assim restou assentado pela Corte *a quo* (e-STJ fls. 90-92):

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso em tela, a conversão da pena prestação pecuniária em pena privativa de liberdade não se deu por imposição legal, mas devido ao descumprimento **injustificado** da restrição imposta.

Na esfera penal, considera-se que a prestação pecuniária é sanção de natureza jurídica patrimonial e indenizatória, que substitui a pena de prisão já aplicada na sentença condenatória.

[...]

**Em que pese às alegações de insuficiência financeira do apenado, este não juntou nenhum documento a fim de comprovar a suposta situação de penúria.**

Ainda, a contrariedade quanto à modalidade de pena imposta deveria ter sido questionada pela via recursal, na fase de conhecimento, porém, o reeducando se manteve omissos desde a prolação da sentença, não tendo sequer requerido o parcelamento da dívida.

Cabe registrar que a pena de prisão já estava fixada no r. Édito condenatório, porém deixou de ser executada por causa da substituição nos termos do artigo 44 do Código Penal, não podendo se falar em prisão por dívida, como faz crer a Defensoria Pública.

In casu, a conversão em apreço não foi aplicada em virtude pura e simplesmente do descumprimento da obrigação patrimonial, mas, como bem destacou o eminente Procurador de Justiça: o agravante cometeu crime e, portanto, recebeu a sanção penal correspondente. Não é o Estado que tem que se adaptar às suas condições pessoais: Antônio violou a lei pena em assim sendo, deve cumprir a pena preestabelecida na lei penal. (fl. 23-v).

Portanto, a decisão agravada deve ser mantida pelos argumentos acima, uma vez que não restou demonstrado nos autos a insuficiência financeira do reeducando ou qualquer outro motivo que justificasse o descumprimento da pena imposta.

Diante de todo o exposto, mantenho a decisão agravada e **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO** e mantenho a decisão monocrática.

*É como voto.*

De início, é necessário esclarecer que a multa, espécie autônoma de sanção penal, não se confunde com a prestação pecuniária, que consiste em uma das penas restritivas de direitos previstas no art. 44 do Código Penal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sobre o assunto, Cezar Roberto Bitencourt esclarece que a prestação pecuniária, *"segundo a definição legal, consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes, ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo, nem superior a 360 salários mínimos (art. 45, § 1º)"*, ao passo que a pena de multa caracteriza a *"imposição, ao condenado, de pagar ao Fundo Penitenciário determinada quantia em dinheiro, considerando a gravidade do delito, a culpabilidade do agente e, particularmente, a sua condição econômica"* (Código Penal Comentado. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 137 e 162).

A prestação pecuniária substitui a pena privativa de liberdade, e como reprimenda substitutiva, guarda consigo todas as características das demais restritivas de direitos, entre elas a que preserva a autoridade da coisa julgada penal, ou seja, a possibilidade de conversão para a pena privativa de liberdade.

O art. 44, § 4º do Código Penal determina que a prestação pecuniária injustificadamente descumprida deve ser convertida em privativa de liberdade, *ipsis litteris*:

*Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:*

*§ 4º A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.*

Verifica-se, portanto, que o acórdão proferido pelo Tribunal estadual está de acordo com a determinação legal e com a jurisprudência desta Corte.

Vejam-se os precedentes:

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONVERSÃO DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. POSSIBILIDADE. ART. 44, § 4º, DO CÓDIGO PENAL. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS. NÃO PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. REGIME ABERTO. NÃO COMPARECIMENTO A AUDIÊNCIA DE ADVERTÊNCIA. REGRESSÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.**

*1. Havendo descumprimento injustificado das condições impostas, no tocante à pena restritiva de direitos, o sentenciado perderá o benefício que lhe foi concedido, regressando à reprimenda inicial, qual seja, privativa de liberdade, como se pode depreender do disposto no artigo 44, § 4º, primeira parte, do Código Penal.*

*2. Esta Corte já firmou entendimento no sentido da possibilidade de conversão da pena restritiva de direitos, na modalidade de prestação pecuniária, em pena privativa de liberdade, nos termos do art. 44, § 4º, do Código Penal.*

*3. Na hipótese dos autos registrou a Corte de origem:*

# Superior Tribunal de Justiça

*Segundo consta dos elementos dos autos, o Paciente foi condenado à pena de um ano de reclusão, em regime prisional aberto, substituída por prestação pecuniária, no valor de um salário mínimo. Intimado pessoalmente a*

*efetuar o pagamento ou justificar a impossibilidade de fazê-lo (fl. 57 e 59), o Paciente não atendeu à determinação judicial (fl. 61), motivo pelo qual foi proferida a r. decisão que converteu a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, fixou o regime prisional aberto - mediante a observância de condições - e determinou a expedição de mandado de prisão, bem como mandado de intimação para comparecimento na audiência de advertência (fls. 67/84).*

*Intimado (fls. 87/89), o sentenciado não compareceu em Juízo para ser advertido (fl. 97), sendo então determinada a sua regressão cautelar ao regime fechado (fls. 99/109).*

*4. Na espécie, convertida a prestação pecuniária em pena privativa de liberdade a ser cumprida no regime aberto, foi o sentenciado devidamente intimado para comparecimento à audiência de advertência relativa ao mencionado regime, não tendo, contudo, comparecido em Juízo, ocasionando sua regressão cautelar ao regime fechado.*

*5. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no HC 516.321 /SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 04/10/2019; sem grifos no original.)*

**RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO PARA GARANTIA DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA SUBSTITUTIVA. INCABIMENTO. EVENTUAL DESCUMPRIMENTO QUE DÁ ENSEJO À RECONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. VALOR DO BEM ARRESTADO. DESPROPORCIONALIDADE.**

*1. As penas restritivas de direitos se convertem em penas privativas de liberdade, se ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta (art. 44, § 4º do CP).*

*2. A execução das penas restritivas, assim como de modo geral de todas as alternativas à prisão, demandam um mecanismo coercitivo, capaz de assegurar o seu cumprimento e este só pode ser a pena privativa de liberdade.*

*3. Havendo expressa previsão legal de reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, não há falar em arresto para o cumprimento forçado da pena substitutiva já que a reconversão da pena é a medida que, por força normativa, atribui coercividade à pena restritiva de direitos.*

*4. É desproporcional o arresto de bem avaliado em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a garantia do cumprimento de prestação pecuniária no montante de cerca de 40 mil reais, equivalente a 2% (dois por cento) do valor do bem arrestado, sendo de todo incabível a constrição, mormente se*

# Superior Tribunal de Justiça

*considerado que a prestação pecuniária é obrigação de trato sucessivo, a ser paga mês a mês durante o período de 2 anos e 5 meses.*

5. *Recurso provido.*

(REsp 1699665/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 15/08/2018)

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. RECOLHIMENTO DOS VALORES. APENADO NÃO LOCALIZADO. CONVERSÃO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.**

*1. O descumprimento das penas restritivas de direito acarreta a sua conversão em pena privativa de liberdade, nos termos delineados no art. 44, § 4º, do Código Penal - CP, e art. 51, inc. I, c/c o art. 181, da Lei de Execução Penal - LEP. Na hipótese dos autos, o apenado não foi localizado nos endereços constantes dos autos, tampouco compareceu à Vara de Execuções Criminais para recolher os valores, após a intimação por edital. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.*

(RHC 92.245/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 15/10/2018)

No caso dos autos, correta está a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, uma vez que ficou demonstrado o descumprimento injustificado da pena alternativa imposta ao paciente, pois, ainda que intimado para o cumprimento da prestação, não juntou nenhum documento a fim de comprovar a sua suposta situação financeira precária.

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente incabível, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece do habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI  
Relator